

CAIAPÓS, ARAXÁS, BOROROS, GERALISTAS... CONFLITOS REVELADOS, IDENTIDADES E MEMÓRIAS CONSTRUÍDAS NO SERTÃO DA FARINHA PODRE NOS SÉCULOS XVIII E XIX

*Glaura Teixeira Nogueira Lima**

*Robert Mori***

Resumo: Este artigo pretende discutir/analisar as relações de contato entre índios e entre estes e os geralistas, empreendidas no Sertão da Farinha Podre, atuais regiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, durante os séculos XVIII e XIX. Para tal propósito, além de abordar a produção historiográfica existente acerca deste assunto, serão trabalhadas algumas fontes arquivísticas do Arquivo Ultramarino, disponibilizadas on-line pelo Centro de Memória Digital (CMD) da Universidade de Brasília (UnB). A partir da utilização destes referenciais acima citados, podemos afirmar que as relações interétnicas decorrentes do contato entre estes grupos mostraram-se, historicamente, conflituosas e violentas.

Palavras-chaves: História Indígena, Historiografia, Identidades

Abstract: This article intends to discuss/analyze the contact relations among Indians and between Indians and geralistas (natives or inhabitants of Minas Gerais), undertaken at Sertão da Farinha Podre, current regions of the Triângulo Mineiro and Alto Paranaíba, during XVIII and XIX centuries. For such purpose, besides broaching the existing historiographical production, as regards this matter, it is

* Doutora em História pela PUC/ SP, atualmente é Professora Adjunta do Departamento de História da Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM – Uberaba – MG.

** Graduando em História – Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM – Uberaba – MG.

going to be worked some sources of Ultramarine Archive, available on-line by Centro de Memória Digital (CMD) of the University of Brasília (UnB). From the usage of these above mentioned references, we can say that the interethnic relations, resulting from the contact between these groups, were historically conflicting and violent.

Keywords: Indian History, Historiography, Identities

O presente artigo objetiva promover a análise das relações de contato entre os povos indígenas e entre estes e os primeiros colonizadores “brancos” do Sertão da Farinha Podre (atuais regiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, pertencentes ao Estado de Minas Gerais), durante os séculos XVIII e XIX. Estas populações “brancas”, compreendidas principalmente pelos “geralistas”, foram as ocupantes desta região das gerais, vindos de outra, a das minas. Discutiremos também o processo de aproximação de culturas diversas, o que gerou um ambiente altamente conflituoso e violento.

Localizada entre dois grandes rios, o Grande e o Paranaíba (formadores do Rio Paraná), o Sertão da Farinha Podre foi, durante séculos, ponto de passagem de entradas e bandeiras que geralmente saíam da Capitania de São Paulo. Estas expedições, que objetivavam adentrar o interior da colônia portuguesa, procuravam minas de pedras e metais preciosos e o apresamento de índios, visando sua escravização. Hildebrando Pontes afirma que, possivelmente, a primeira bandeira a cruzar este sertão foi a do Capitão Sebastião Marinho, em 1590, que, saindo de São Paulo, atingiu as nascentes do rio Tocantins (PONTES, 1978).

Durante os séculos XVII e XVIII, outras bandeiras e entradas adentraram esta região. Porém, a mais importante ocorreu entre os anos de 1722 e 1725: a bandeira de Bartolomeu Bueno da Silva (o Anhanguera II) e João Leite da Silva Ortiz, que construiu uma via de acesso para o interior da colônia, a Estrada do Anhanguera ou dos Goiasés.

Os índios que habitavam o Sertão da Farinha Podre, os Caiapós meridionais, possivelmente empreenderam seu primeiro contato com os colonizadores “brancos” por meio destas entradas e bandeiras. O território destes índios Caiapós era bem vasto. Sua área compreendia o “sul e sudoeste do atual estado de Goiás, o atual Triângulo Mineiro, parte norte de São Paulo, o leste do atual estado do Mato Grosso e leste e sudeste do atual Mato Grosso do Sul” (GIRALDIN, 1997, p. 57). Era, portanto, uma área de ocupação onde predominava o Sistema Biogeográfico do Cerrado, que se estende por grande área do Brasil.

Como este trabalho objetiva promover o estudo e a análise dos povos indígenas que residiam nas atuais regiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, podemos afirmar que os Caiapós que habitavam esta região possuíam como seus inimigos, localizados a leste, apenas os Araxás, população indígena que será tratada posteriormente. Além de possuírem como território uma vasta área do Brasil central, eram também a população predominante do Sertão da Farinha Podre.

Basicamente, as populações indígenas brasileiras estão agrupadas em quatro grandes troncos linguísticos. São eles: o Macro Tupi, o Arawak, o Karib e o Macro Jê. Há também uma diversidade de outras línguas cuja singularidade possibilita a sua classificação em famílias menores ou em línguas isoladas. Os Caiapós meridionais ou Caiapós do sul estão agrupados linguisticamente ao tronco Macro Jê. Este tronco linguístico concentra-se “na parte oriental e central do planalto brasileiro” (URBAN, 1992, p. 90).

Convém ressaltar que a ocupação desta região por populações pré-históricas é bastante antiga. Os primeiros povos aldeões são classificados como pertencentes “a uma Tradição chamada Sapucaí em Minas Gerais (e Aratu, nos estados vizinhos da Bahia e Goiás)” (PROUS, 2006, p. 85).

Com a descoberta das jazidas auríferas na Capitania de Goiás, no século XVIII, a coroa portuguesa buscou, mediante inúmeras tentativas, proteger os locais onde era possível levar adiante a atividade mineradora. Com esse intuito, a Estrada dos Goíases, mediante o bando de 2 de outubro de 1732, foi reconhecida como único meio de acesso entre São Paulo e Goiás, sendo que “os transgressores que se utilizassem de outro caminho que não o oficial sofreriam severas penalidades, como sequestro e confisco dos bens ou prisão” (CHAIM, 1983, p. 23).

O bandeirante Anhanguera, assim como seus descendentes (três gerações) usufruíram da cobrança de pedágio dos que circulavam por esta via até o século XIX (SAINT HILAIRE, 1975). A concessão da exploração econômica desta estrada foi uma maneira encontrada pelas autoridades portuguesas de recompensar o bandeirante pelo seu empreendedorismo.

Com o aumento do fluxo de “colonizadores” e comerciantes para as regiões mineradoras goianas, os índios Caiapós iniciaram uma série de ataques aos que trafegavam pela Estrada do Anhanguera. Estas investidas dos Caiapós não eram motivadas apenas em decorrência da defesa do seu território ou da luta contra sua possível escravização. Veremos posteriormente quais os motivos que levaram estes índios a entrar em combate com outros povos indígenas ou “colonizadores brancos”.

Os bandeirantes paulistas certamente já possuíam conhecimento da resistência dos Caiapós desde as primeiras bandeiras em territórios do interior da colônia portue-

sa, e, em um primeiro momento, o não povoamento “branco” desta região pode estar diretamente relacionado aos ataques promovidos por estes indígenas. Ao que parece, este temor provocado pela presença dos Caiapós pode ter sido utilizado a favor dos interesses da coroa portuguesa, pois “esses ‘vazios’ povoados por índios, tais como a Caiapônia, funcionavam como grandes barreiras naturais aos fluxos clandestinos, um desestímulo ao contrabando.” (LOURENÇO, 2005, p. 63-64).

Provavelmente, os ataques desencadeados pelos Caiapós foram vistos pela coroa portuguesa sob duas óticas. A primeira, favorável aos seus interesses, utilizando para isso o temor que estes indígenas desencadeavam no imaginário da população, com o intuito de desencorajar a utilização de outros caminhos que não fosse a Estrada do Anhanguera, e, conseqüentemente, desestimular o contrabando de metais e pedras preciosas.

Por outro lado, com a intensificação dos ataques não apenas ao longo da Estrada dos Goias, mas também aos arraiais e fazendas, e, por consequência, colocando em risco a arrecadação do quinto e a execução da atividade mineradora, os Caiapós foram vistos pelas autoridades coloniais como um “problema”.

Na primeira metade do século XVIII, entre 1737 e 1740, os Caiapós destruíram um núcleo aurífero denominado Tabuleiro, erguido “onde terminam os erçados e agressivos cantões da serra da Canastra, e (...) começam os planos denominados “chapadões” (NABUT, 1986, p. 22). Anos mais tarde, três léguas abaixo do extinto núcleo populacional do Tabuleiro, os sobreviventes deste ataque fundaram o Arraial de Nossa Senhora do Desterro da Cabeceira do Rio das Abelhas, posteriormente Arraial de Nossa Senhora do Desterro do Desemboque, importante núcleo populacional do Sertão da Farinha Podre.

Para compreendermos os motivos que desencadeavam os ataques dos Caiapós aos colonizadores e a outros povos indígenas, assim como alguns aspectos de sua cultura, teremos que avançar no tempo. Descreveremos a seguir alguns momentos históricos que permitirão compreender a história e a cultura Caiapó do sul.

No ano de 1910, a Comissão Geológica e Geográfica do Estado de São Paulo, explorando o rio Grande e seus afluentes, encontrou em território pertencente ao Triângulo Mineiro um grupo de índios Caiapós. Deste encontro restou a fotografia de um garoto que ficou como testemunho, sendo esta informação “considerada por muito tempo como a última que se teve sobre este grupo indígena, conhecido também como Kayapó do Sul ou Kayapó Meridionais (GIRALDIN, 1997, p. 30).

Um ano depois, em 1911, nesta mesma região, na confluência dos rios Grande e Paranaíba, no pontal do Triângulo Mineiro, Alexandre de Souza Barbosa, morador

de Uberaba, estava realizando serviços de agrimensura na fazenda Bom Sucesso. Durante este trabalho, ele encontrou índios Caiapós da aldeia de Água Vermelha (situada acima do ribeirão do Cuiabano, território da atual cidade de São Francisco de Sales) e um índio da aldeia de Areré, localizada às margens do Paranaíba, em território do atual Estado de Mato Grosso do Sul. Estes índios se autodenominavam “Panarás” (BARBOSA, 1918).

Curioso, Alexandre Barbosa decidiu coligir um vocabulário da língua panará. Quando iniciou esta tarefa, ele notou que os três índios da Aldeia de Água Vermelha não a conheciam satisfatoriamente. Quando não sabiam o significado de alguma palavra, afirmavam que a mãe deles sabia versar muito bem sobre a língua de seus antepassados (BARBOSA, 1918). Com muito custo e mediante a doação de presentes, a mãe destes índios, de nome Cândida, enfim foi ao encontro do agrimensor. Em dois dias, Alexandre Barbosa reuniu com o auxílio desta índia, um vocabulário com mais de setecentas palavras e frases da língua Caiapó (Ibid.). Realizou também um pequeno histórico e, juntamente com o vocabulário coligido, remeteu o trabalho intitulado “Cayapó e Panará”, em 1918, ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Possivelmente, este manuscrito confeccionado por Alexandre Barbosa foi o último trabalho sobre os índios Caiapós que ainda habitavam a região do Triângulo Mineiro. Este importante documento só seria reencontrado pelo pesquisador Odair Giraldin na década de 1990.

Retrocedamos no tempo, mais precisamente no século XIX, ano de 1819. Saint Hilaire, viajante e naturalista, passando pelo aldeamento de São José de Mossâmedes, na Província de Goiás, onde estavam aldeados alguns índios Caiapós, afirmou:

Os portugueses deram, não sei porque, o nome de Coiapós ou Caiapós a esses indígenas. Pelo que me disseram, parece que um grupo deles, que ainda vive nas matas, sem nenhuma outra tribo nas vizinhanças, não tinha nome que os identificasse, e por isso passaram a usar a palavra panariá a fim de se distinguirem, como raça, dos negros e dos brancos.” (SAINT HILAIRE, 1975, p. 66).

Note que Saint Hilaire, francês, afirma que ouviu no aldeamento de Mossâmedes que os Caiapós se autodenominavam “panariá”, termo muito próximo do termo “panará” descrito por Alexandre Barbosa.

Avancemos no tempo. Ditadura militar, “milagre econômico.” Na década de 1970, o governo brasileiro, financiado por capital estrangeiro (principalmente americano), iniciou um grande projeto que visava à integração nacional. Na região amazônica, este programa objetivava a construção de estradas e a sua posterior “colonização” (DAVIS, 1978). Uma destas grandes obras de integração rodoviária era a Cuiabá-Santarém, ou BR 163. O início da construção desta estrada impulsionou o

contato com uma população indígena isolada, conhecida pelos seus inimigos, os txucarramães, como kreen akarore (kran iakarare, que significa “cabeça cortada redonda”) uma referência ao corte de cabelo utilizada por estes índios (ARNT et al., 1998).

Constitui-se uma frente de atração encabeçada pelos irmãos Villas Boas, Cláudio e Orlando que, após seis anos de tentativas, enfim, realizaram o primeiro contato com estes índios isolados (DAVIS, 1978). O local deste encontro foram as margens do rio Peixoto de Azevedo, na região norte de Mato Grosso (GIRALDIN, 1997). Conhecidos como kreen akarore, eles se autodenominavam Panará.

Este contato com os Panarás levou o grupo a uma queda populacional muito drástica, motivada principalmente por doenças contra as quais os índios não possuíam defesa imunológica. A população que, anteriormente ao contato, estava compreendida entre 300 e 600 índios, dois anos depois, em 1975, contavam com apenas 79 sobreviventes que, por sua vez, foram transferidos para o Parque Indígena do Xingu (ARNT et al., 1998).

Nestes breves relatos ocorridos nos séculos XIX e XX, pudemos perceber que tanto os Caiapós como os kreen akarore possuíam uma maneira própria de se autodenominarem: Panará. Portanto Caiapó e Panará são o mesmo povo? Veremos a seguir algumas considerações acerca deste assunto.

Após o desastroso contato com os Panarás no norte do Mato Grosso no ano de 1973 e sua posterior transferência para o Parque Indígena do Xingu, dois importantes trabalhos científicos com os Panarás foram realizadas: o primeiro, feito pelo antropólogo inglês Richard Heelas, na década de 1970. Posteriormente, na década de 1980, o americano Stephan Schwartzman realizou o segundo trabalho antropológico sobre os Panarás. Ambos apontaram semelhanças entre os Caiapós meridionais e os Panarás, citando aspectos da cultura material e imaterial, como evidências sólidas de uma possível “continuidade histórica e cultural entre eles” (GIRALDIN, 1997, p. 19).

A principal evidência, talvez, seja a língua. A partir da análise do vocabulário coligido por Alexandre Barbosa, e posterior comparação com outras listas existentes de palavras Caiapós (reunidas principalmente por viajantes como Pohl e Saint Hilaire), assim como a língua falada atualmente pelos Panarás, foi possível afirmar que “as palavras (...) são semelhantes, e em alguns casos, são idênticas. Isto sugere, então, que se trata do mesmo grupo” (GIRALDIN, 1997, p. 36).

Outro ponto de convergência entre os Caiapós meridionais e os Panarás é a tradição oral deste último grupo. As tradições orais “transmitem oralmente e ao longo

do tempo informações que provêm do passado” (PISCITELLI, 1993, 150), portanto, estão intrinsecamente relacionadas à memória. Memória que pode ser compreendida como a “propriedade de conservar certas informações, [e] remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas” (LE GOFF, 1990, p. 423).

Segundo a tradição oral dos índios Panarás, seus antepassados vieram do leste, de uma área de campo aberto (como vimos, os Caiapós habitavam o sistema biogeográfico do cerrado, constituído por vegetação de pequeno porte com galhos retorcidos e folhas grossas) e seus inimigos eram os “brancos”, que também se encontravam no leste e possuíam armas de fogo (ARNT et al., 1998).

A partir destas evidências, mostrou-se possível avançar no preenchimento de lacunas da história caiapó a partir da utilização de dados da etnografia panará. Mas e os ataques dos Caiapós que tanto preocuparam as autoridades coloniais, principalmente da Capitania de Goiás? Utilizando-se dos trabalhos de Heelas e Schwartzman, e avançando ainda mais nesta hipótese a partir da descoberta do vocabulário compilado por Alexandre Barbosa, Odair Giralдин concluiu e apontou que estas investidas permitiram o:

contato com um “inimigo” (hi’pe ou kahen), o qual pertencia a uma categoria que era definida como hostil e, portanto deveria ser morta. Segundo, porque ao combater os “inimigos”, eles lhes forneciam bens como a “bravura” necessária para que os homens pudessem realizar as cerimônias de escarificação de peito e costas, e perfuração de lábios e orelhas e tornava o homem “bravo”, uma condição ideal para (...) relações sexuais, a partir das quais as mulheres ficariam “tristes”, podendo engravidar. Terceiro, os inimigos eram fontes de bens materiais, como plantas, armas (...) Quarto, estavam, também, vingando seus mortos, ou as pessoas capturadas pelos “brancos”. Finalmente, não faziam cativos dos seus “inimigos” porque não havia a possibilidade de serem incorporados em seus (...) “clãs” (GIRALDIN, 1997, p. 50).

Uma destas cerimônias praticadas pelos Panarás era o nôpeyn, “que consistia na escarificação com dente de paca de regiões do tórax e das costas, após expedições guerreiras, objetivando transmitir aos jovens a força e a bravura dos inimigos” (ARNT et al., 1998, p. 2). Portanto, a prática da guerra na sociedade Caiapó/Panará possuía/possui um valor muito importante.

Podemos afirmar que estas investidas dos Caiapós não foram motivadas apenas porque “defendiam seu território” conforme aponta Ataídes (ATAÍDES, 1998, p. 23). A formação da identidade panará, o desencadeamento de rituais, a apropriação de bens dos inimigos e a vingança, assim como não podemos negligenciar a

defesa do seu território, são os motivos que promoviam a realização destes ataques a outros povos indígenas ou aos primeiros colonizadores do Brasil central.

O êxito das incursões guerreiras dos Caiapós ocorria por diferentes motivos. Primeiramente, conheciam muito bem o ambiente onde viviam há séculos, ou seja, o cerrado e as matas que o compõem. Outro fator importante era seu aparato bélico, relativamente simples, inferior aos dos colonizadores “brancos”, porém bastante funcional. Como exemplo, podemos citar o viajante Johann Emanuel Pohl, que chamou a atenção para o tamanho do arco caiapó, com quase dois metros de comprimento, assim como a destreza com que manejavam e acertavam o alvo, mesmo a considerável distância (POHL, 1976).

Esta série de ataques ocasionou na capitania de Goiás a morte de escravos, crianças, mulheres e animais. Estes acontecimentos desencadearam um ambiente conflituoso, onde a população pedia a interferência do governo para que medidas eficientes fossem tomadas contra os índios Caiapós.

Esta pressão da população teria como objetivo justificar as ações violentas e promover a guerra justa ofensiva ou a guerra justa defensiva. A primeira modalidade “caracterizava-se por ser lícito atacar aldeias indígenas e somente poderia ser realizada por ordem do Rei”. Já a segunda modalidade permitia o ataque a: “grupo de guerreiros encontrados em atitude que caracterizasse um ataque iminente”. Ou seja, proibia que as aldeias fossem atacadas. As autoridades coloniais utilizaram destas duas modalidades para tentar conter os ataques e exterminar os Caiapós. (GIRALDIN, 1997, p. 69).

Buscando uma ação mais efetiva no intuito de contê-los e/ou exterminá-los, Dom Luís de Mascarenhas, em 1742, baixou um regimento que regulamentou “a ação dos Capitães de Cavalos da conquista do Kayapó” (ATAÍDES, 1998, p. 24), cuja função consistia em patrulhar regiões onde os índios estavam estabelecidos, buscando contê-los ou exterminá-los. Fracassada esta tentativa, as autoridades coloniais buscaram nos trabalhos empreendidos pelos sertanistas, meios mais efetivos de combate aos Caiapós. Após constantes solicitações por parte do governador da capitania de São Paulo, Dom Luis de Mascarenhas, finalmente em 1746 foi autorizada as ações contra os Caiapós (LOURENÇO, 2005). Tentou-se para este fim, a contratação de Ângelo Preto de Cuiabá, que impossibilitado de comparecer, foi substituído por Antônio Pires de Campos e seu 500 Bororos (CHAIM, 1983). Neste contrato, o sertanista se comprometia a aldear os Bororos ao longo da estrada do Anhanguera (GIRALDIN, 1997).

A utilização de índios no combate a outros índios, além de incitar a rivalidade já existente, também foi motivada pelo conhecimento que possuíam do ambiente, a

facilidade com que encontravam alimentos e, principalmente, pelo tipo de armas que utilizavam: arcos e flechas. Nas transposições de grandes cursos d'água, as armas de fogo poderiam sofrer danos, ao contrário do aparato de guerra indígena.

Possivelmente os combates mais violentos entre os Caiapós e os Bororos ocorreram na região do Sertão da Farinha Podre, entre os rios Grande e Paranaíba. Um dos possíveis indicativos desta afirmação seria a formação de aldeamentos habitados pelos Bororos com a função de proteger a estrada do Anhanguera e os viajantes que por ela transitavam e servirem de base de apoio às incursões guerreiras a outros indígenas.

Márcia Amantino afirma que “o coronel Antonio Pires de Campos conseguiu obter a autorização para estabelecer aldeias de índios Bororos na área hoje conhecida como o Triângulo Mineiro para servir de escudo contra os Caiapós” (AMANTINO, 2006, p. 198). Esta afirmação é confirmada pelo ofício do governador e capitão general de Goiás, Conde dos Arcos, Dom Marcos de Noronha ao rei Dom José, datada de 25-01-1752, onde o dirigente da capitania escreve:

Em 15 de Julho de 1748, celebrou o governador Dom Luís Mascarenhas este ajuste com o coronel Antônio Pires de Campos a quem deo o Regimento, que por copia remetto (...) com observância della se estabeleceo o mesmo coronel no caminho que vem de São Paulo (AHU. Cx. 7, Doc.: 502).

Criou-se, então, o primeiro aldeamento, denominado Rio das Pedras, no território da atual cidade de Cascalho Rico, na região do Triângulo Mineiro, que passou a exercer as funções preconizadas a este tipo de construção, sendo habitado pelos Bororos: defesa do território, pouso de tropas e ponto de partida para incursões guerreiras. Do governador da capitania de Goiás, Antônio Pires de Campos recebeu uma faixa de terras de uma légua e meia de cada lado da Estrada do Anhanguera, totalizando, portanto, três léguas. Nesta área outros aldeamentos e sítios indígenas foram erguidos e serão tratados posteriormente.

Estas lutas encabeçadas por Antônio Pires de Campos contra os Caiapós duraram até por volta do ano de 1751, quando flechado em combate, morreu em decorrência de complicações deste ferimento na região de Paracatu. Historicamente, este sertanista mostrou-se empenhado em exterminar os Caiapós, trabalhando durante anos para atingir tal objetivo. Não logrou êxito, sendo posteriormente substituído nesta empreitada, pelo seu irmão, Manuel de Campos Bicudo, em troca do perdão das dívidas contraídas por Pires de Campos (CHAIM, 1983).

Mas foi por meio dele, ou melhor, a partir de um possível pedido de aldeamento feito a ele por uma população indígena habitante do Sertão da Farinha Podre, e posteriormente, pelas cartas e provisão escritas a partir deste fato, que foi permi-

tido chegar a nós quatro documentos importantes, acondicionados no Arquivo Ultramarino, sobre os índios Araxás.

A história do povo indígena Araxás ou Arachás, cuja grafia utilizando-se do “x” ou do “ch”, não implica em diferenças conceituais,¹ até o presente momento foi construída a partir de textos e estudos de memorialistas do Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba e demais regiões do Estado de Minas Gerais.

O autor Oíliam José em sua obra “Índigenas de Minas Gerais” afirma que os índios Araxás habitavam “o Oeste de Minas e extinguiram-se desde muito. Sofreram severíssimo ataque da bandeira de Lourenço Castanho Taques. Pertenciam ao bloco dos Cataguás e dominavam vasta zona até o Triângulo Mineiro” (JOSÉ, 1965, p. 19).

Para outros autores, ao contrário do que afirma Oíliam José, a primeira notícia sobre os Araxás, foi fornecida por Lourenço Castanho Taques, mas não foi creditada a ele a dizimação destes indígenas, mas sim a Inácio Corrêa Pamplona (SILVA, CARDOSO, s/d.), (CARVALHO, 1928), (PONTES, 1928), (COSTA, 1987).

Trabalhos até então produzidos e editados sobre a história do município de Araxá, afirmam que os antepassados dos índios homônimos foram os Cataguás, e que os sobreviventes do ataque promovido por Pamplona, foram se miscigenando com os generalistas empenhados na colonização das terras para a criação de fazendas (SILVA, CARDOSO, s/d.), (CARVALHO, 1928), (PONTES, 1928), (COSTA, 1987). Afirma a historiadora Glaura Teixeira Nogueira Lima que até o momento não “existe, ainda, um estudo específico sobre os índios Araxás” (LIMA, 1999, p. 27). Esta, portanto, é a primeira pesquisa de cunho acadêmico que tratará e inserirá esta população indígena na história brasileira.

Nessa perspectiva, avançaremos até o ano de 1995, quando o então presidente Fernando Henrique Cardoso, através de um protocolo assinado entre Brasil e Portugal no âmbito da Comissão Bilateral Luso-Brasileira de Salvaguarda e Divulgação do Patrimônio Documental (COLUSO), instituiu o Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco. Foram digitalizados mais de 150.000 documentos referentes principalmente ao período colonial brasileiro que estavam acondicionados no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa (AHU).

¹ Utilizarei neste trabalho o termo araxás, com “x” por ser este vocábulo o mesmo da cidade-balneário homônima, famosa por suas águas minerais utilizadas para o tratamento de inúmeras enfermidades do corpo.

Em 2003, o Ministério da Cultura (MinC) juntamente com o Centro de Memória Digital (CMD) da Universidade de Brasília (UnB), com o patrocínio da PETROBRÁS, disponibilizou um banco de dados on-line, oriundos do Projeto Resgate. Neste banco de dados encontram-se quatro documentos compreendidos entre o período de 29 de dezembro de 1749 e 08 de maio de 1753, que descrevem passagens referentes à existência dos índios Araxás.

O primeiro documento a ser analisado é uma carta do governador e capitão general de Goiás, D. Marcos de Noronha, o Conde dos Arcos, ao rei D. João V, datada de 29 de dezembro de 1749 (AHU. Cx.: 5, Doc.: 427). Nesta correspondência, a autoridade goiana informa a chegada de dois padres missionários da Companhia de Jesus, que juntos iriam estabelecer um aldeamento que seria habitado pelos índios Araxás. Aponta o mesmo documento o local em que estes índios habitavam “a passagem do Rio Grande no caminho que vay para São Paulo” (AHU. Cx.: 5, Doc.: 427) próximo, portanto, da estrada do Anhanguera ou dos Goiasés, local de constante trânsito e via de acesso para a região central da colônia e para a Capitania de São Paulo.

Segundo esta carta, os Araxás pediram a Antônio Pires de Campos que “querem Missionário, e que querem ser governados por homens brancos” (AHU. Cx.: 5, Doc.: 427). O que podemos perceber é que para terem o conhecimento do trabalho missionário e para desejarem se estabelecer em um aldeamento, presume-se que estes índios já estavam mantendo algum tipo de contato com os primeiros colonizadores, possivelmente com o próprio Pires de Campos, que um ano antes estabelecera o primeiro aldeamento da região, Rio das Pedras, habitado pelos Bororos. O próprio local em que habitavam, próximo à estrada do Anhanguera, possivelmente facilitou o contato entre estes índios e os “brancos”. Uma segunda hipótese levantada, poderia ser a vontade do sertanista em subjugar-los, assim como fez com os Bororos, que viveriam em um regime de escravidão perante o sertanista. Sobre as relações entre os Bororos e o Pires de Campos, há indícios de que os índios viviam sob o jugo do sertanista “num regime de escravidão diante do comandante” (ATAÍDES, 1998, p. 73).

Também no ano de 1749, o governador Dom Marcos de Noronha havia recebido instruções através de uma carta da rainha D. Maria, sobre o tratamento que deveria ser conferido aos índios que habitavam a capitania:

E assim a respeito das nações já descobertas, como das que se descobrirem de novo, havendo aparência de poderem reduzir-se à civilidade, e a viverem aldeados, pedireis ao Provincial da Companhia de Jesus do Brasil, missionários para os doutrinarem e aldearem nas mesmas terras em que forem achados, sem permitir que sejam mudados para outras, salvo no caso que por serem poucos queiram voluntariamente unir-se a outras aldeias da mesma língua (PALACIN, GARCIA, AMADO, 1995, p. 70).

Havia a intenção, por parte das autoridades portuguesas, em aldear os índios na própria região em que se encontravam, deslocando-os para outras aldeias apenas quando a população fosse numericamente pequena; que no local de destino houvesse outros índios que falassem a mesma língua e/ou que voluntariamente reque-ressem esta mudança.

Na correspondência de D. Marcos de Noronha ao rei D. João V, de 29/12/1749, a autoridade da capitania de Goiás afirma que os dois padres já se encontravam em Vila Boa, capital da província de Goiás e aguardavam Antônio Pires de Campos para que “partão (...) a cuidarem da Redução deste gentio, fazendo logo diligencias pello aldearem, que se julga que elles não terão duvidas” (AHU. Cx.: 5, Doc.: 427).

As reduções eram:

aldeamentos controlados por padres jesuítas com a finalidade de desenvolver o trabalho de disseminação de hábitos e de costumes europeus e a catequese. A redução era uma forma de retirar os índios de seu convívio comum e natural entre os nativos e lhes dar a oportunidade de se transformarem em bons cristãos (MARTINS, 2006).

Quanto ao local escolhido para instalar esta redução a carta do governante aponta que seria “junto ao Rio das Velhas [atual Rio Araguari], porque com ella se segurar-á melhor aquelle caminho e ficasse menos exposto às hostilidades que nelle tem feyto repetidas vezes o gentio Cayapó” (AHU. Cx.: 5, Doc.: 427).

Este aldeamento, além de receber os índios Araxás, teria também como função a defesa da estrada dos Goiases das constantes incursões guerreiras realizadas pelos Caiapós. Seria o segundo construído na região para este propósito, pois em 1748, o aldeamento de Rio das Pedras já havia recebido os Bororos.

Se partirmos do pressuposto analisado anteriormente com ressalvas, diga-se de passagem, sobre a solicitação da construção de um aldeamento feito pelos índios Araxás ao Pires de Campos, os ataques dos Caiapós poderia ter motivado este pedido encaminhado às autoridades da Capitania de Goiás. A construção deste aldeamento poderia significar, para os Araxás, maior segurança, já que estariam contando com o auxílio dos “brancos”. Particularmente, ainda acreditamos que haveria, por parte do sertanista, a vontade de subjugar-los assim como havia feito com os Bororos.

Em 24 de Janeiro de 1751 Dom Marcos de Noronha remete uma carta ao rei Dom José. Nela, a autoridade da capitania de Goiás reafirmou que o local mais apropriado para o estabelecimento da aldeia dos índios Araxás seria “junto ao Rio

das Velhas, no mesmo caminho de São Paulo”. Os motivos da escolha deste local foram sendo posteriormente enumerados pelo governador, pois o “cítio tinha todas as comodidades que costumão agradar os gentios, como seja abundância de caça, de peyxe e muitos cocos e todas as mais frutas silvestres de que utilização e o país hé abundante”. Este fragmento da carta nos permite notar a riqueza da fauna e da flora da região, característica que obviamente era necessária para a subsistência dos indígenas (AHU. Cx.: 6, Doc.: 465)

Em outra carta de Dom Marcos de Noronha endereçada ao rei Dom José, datada de 13 de Abril de 1751, o governante da capitania de Goiás forneceu notícias sobre a chegada dos dois padres que, juntamente com Antônio Pires de Campos iriam cuidar da redução dos Araxás. A utilização deste aldeamento como ponto de defesa da estrada do Anhanguera também foi reafirmado, pois:

a tal aldeia naquelle distrito ficaria no mesmo caminho que vem de São Paulo para esta vila, defendido das grandes hostilidades que tem feito o gentio Cayapó, não só aos moradores que nelle assistião, mas também aos viandantes que por ele passavão” (AHU. Cx.: 6, Doc. 473).

Na correspondência de 29-12-1749 foi noticiada a chegada a Vila Boa de dois padres da Companhia de Jesus que deveriam seguir para a região próxima ao Rio das Velhas para que promovessem a redução dos Araxás (AHU. Cx.: 5, Doc.: 427). Na carta de 24/01/1751 consta que após a chegada do pedido de construção do aldeamento feito pelos índios Araxás, as autoridades coloniais determinaram “que o padre [jesuíta] José de Castilho passasse para o Rio das Velhas” (AHU. Cx.: 6, Doc.: 465). Segue ainda uma descrição das benfeitorias que deveriam ser construídas, determinando a ele “que fizesse cazas, huma capella, plantasse rossa para que no tempo que se recolhesse o gentio achasse logo mantimentos [...]” (AHU. Cx.: 6, Doc.: 465). Não há referência à existência de outro padre.

Os jesuítas chegaram ao Brasil em 1549, juntamente com Tomé de Sousa, primeiro governador geral, capitaneados por Manuel da Nóbrega. Buscavam a renovação espiritual, a purificação das almas, a correção da ignorância das doutrinas, o expurgo dos pecados e das superstições e, principalmente, defesa e a propagação da fé católica. No Brasil os seus principais objetivos eram a catequese dos índios e a construção das reduções (WRIGHT, 2006).

Em uma Provisão (cópia) do rei D. José, ao governador e capitão-general de Goiás, conde dos Arcos, D. Marcos de Noronha, datada de 28 de Maio de 1753, o rei afirma estar ciente “sobre as hostilidades q. o gentio Cayapó fizera ao da nação Araxás estando para Aldeár (sic)”. (AHU. Cx.: 8, Doc.: 569). Portanto, os índios Araxás não chegaram a habitar o aldeamento que estava sendo construído para recebê-los, às margens do Rio das Velhas. A correspondência de 24/01/1751,

endereçada ao rei D. José por D. Marcos de Noronha, mostra-se esclarecedora ao apontar os motivos que impediram os Araxás de serem aldeados, pois

o gentio Cayapó tinha feito tal hostilidade aos gentios Arachás, que não só lhe fizeram huma grande mortandade, mas depois lhe cativaram todas as mulheres e crianças as quais levarão para o seu alojamento, para as comerem porque sempre que tem ocasião, se sustentão de carne humana (...) porque da nação Arachás (...) os homens extinguiu o gentio Cayapó totalmente (AHU. Cx.: 6, Doc.: 465).

Portanto a dizimação dos Araxás ocorreu por intermédio dos Caiapós, ao contrário da versão até agora vigente, construída pelos memorialistas, que creditavam a Inácio Correia Pamplona ou a Lourenço Castanho Taques tal feito. Veremos agora os motivos que nos levaram a esta conclusão.

Entre 1764 e 1765, Pamplona foi convidado pelo governador da capitania de Minas para explorar os sertões localizados a oeste, próximos ao Sertão da Farinha Podre. A autoridade política mineira estava interessada em promover a ocupação de novas áreas mediante a utilização de gente ociosa, procurando também aumentar os rendimentos auríferos da coroa com possíveis descobertas de novas jazidas. Após 1765, Pamplona ainda realizou mais cinco entradas nesta região (SOUZA, 1999).

Por volta de 1782, Inácio Correia Pamplona estava atacando os Caiapós na cabeceira do Rio das Velhas, atual Rio Araguari (GIRALDIN, 1997), portanto, em região próxima à Serra da Canastra, onde se localizam as nascentes deste curso d'água. Se analisarmos a primeira entrada deste sertanista, em 1765, decorreram no mínimo 15 anos da dizimação dos Araxás, ocorrida a partir de informações contidas nas documentações do Arquivo Ultramarino, entre 1749 e 1750, pelas mãos dos índios Caiapós.

Se em 1782 Pamplona estava atacando uma população de índios Caiapós nas cabeceiras do Rio das Velhas, em região ainda mais próxima do local habitado pelos Araxás, o espaço temporal entre o extermínio destes índios e esta expedição aumenta para, no mínimo, 32 anos. Mediante tais evidências, podemos concluir ser bastante difícil creditar a Inácio Correia Pamplona a dizimação dos Araxás.

Conforme o trabalho de Odair Giralдин (1997), podemos afirmar que os Caiapós não realizavam raptos nem adoções, ao contrário de outros povos indígenas, devido à existência dos “grupos de descendência espacial” ou “clãs”. Mediante tais características inerentes a este grupo étnico, seria impossível a integração de estranhos ao grupo.

Também ao contrário do que afirma a carta do governador da Capitania de Goiás de 24/01/1751, as mulheres e crianças não teriam sido raptadas para serem devo-

radas (AHU. Cx.: 6, Doc.: 465). Temos que considerar que as populações indígenas do grupo lingüístico Macro Jê não realizam o ritual antropofágico. Este ritual era praticado principalmente pelos povos Tupis, como os Tupinambás, que habitavam, principalmente a região da costa brasileira.

Devemos encarar estes relatos coloniais sobre o extermínio dos Araxás, com parcimônia. O período em que esta documentação foi produzida, meados do século XVIII, coincidiu com o período mais intenso de combate aos Caiapós. Portanto, poderia ser um meio utilizado pelas autoridades e sociedade coloniais, para justificar os ataques através da utilização das guerra justas, as quais nos referimos anteriormente, tratando dos Caiapós.

Concomitantemente aos embates ocorridos entre os Bororos capitaneados por Antônio Pires de Campos e os Caiapós, e mesmo após estes confrontos, outros aldeamentos e sítios indígenas foram surgindo ao longo da estrada do Anhanguera, entre os rios Grande e Paranaíba. O número destes aldeamentos e sítios indígenas ainda é controverso.

Em 1750, o aldeamento no Rio das Velhas que estava sendo construído pelo padre José de Castilho para os índios Araxás, que como vimos não chegaram a ser aldeados, recebeu os índios Bororos, e passou a ser denominado Santana do Rio das Velhas.

Além de Rio das Pedras e Santana do Rio das Velhas, foi edificado o aldeamento de Lanhoso, atualmente extinto, com recursos oriundos da Fazenda Real da Capitania de Goiás (CHAIM, 1983). Convém ressaltar que entre 1748 e 1816, as atuais regiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba constituíam a parte sul da então capitania goiana.

Como se observa, os primeiros aldeamentos no Sertão da Farinha Podre foram construídos para abrigar os índios “mansos”, principalmente os Bororos, trasladados da Capitania de Mato Grosso por Pires de Campos. Sua criação coincidiu com o período de “plena abundância das minas auríferas e florescimento febril dos arraiais” (RAVAGNANI, 1986-7, p. 120). Daí sua importância na defesa dos caminhos que ligavam Goiás à Capitania de São Paulo, tendo em vista a colonização e o escoamento de pedras e metais preciosos.

Outros aldeamentos foram surgindo ao longo do traçado da estrada do Anhanguera, como Piçarrão, Estiva, Boa Vista, Rocinha, Lanhoso, Uberaba Falsa e Baixa. Rio das Pedras, Santana do Rio das Velhas e Piçarrão contavam com capelas, o que indicava sua oficialidade, pois indicava reconhecimento por parte das autoridades religiosas. As outras povoações indígenas podem ser consideradas como “desta-

camento dos núcleos originais, resultado de um processo de dispersão centrífuga da população aldeada” (LOURENÇO, 2005, p. 56).

Com o advento do “Diretório que se deve observar na Povoações dos Índios do Pará e Maranhão”, publicado em 1754 pelo Marquês de Pombal para estas capitanias e estendidas, em 1758, para as demais existentes na colônia portuguesa, os índios foram retirados da tutela dos jesuítas. O controle dos aldeamentos foi repassado ao controle secular e o casamento entre índios e “brancos” foram incentivados, assim como a presença destes em terras indígenas.

Os índios passaram a ser “cidadãos ativos na tarefa do povoamento” (CHAIM, 1983, 76) a partir do intuito de transformar “os núcleos indígenas em povoados e vilas” (LOURENÇO, 2005, p. 71). Transferências ou êxodos de populações indígenas ocorreram no Sertão da Farinha Podre. Como exemplo, temos a ocupação do aldeamento de Santana do Rio das Velhas pelos Xacriabás, vindos do aldeamento de São Francisco Xavier do Duro (CHAIM, 1983). Assim como também relatou Saint Hilaire, sobre a transferência mal sucedida de índios de Rio das Pedras para o aldeamento de Nova Beira, na Ilha do Bananal, no início do século XIX (SAINT HILAIRE, 1975).

O século XIX foi o período em que a “questão indígena” (...) deixou de ser uma questão de mão-de-obra, para se converter essencialmente numa questão de terras” (CUNHA, 1992b, p. 4). Houve, portanto, uma mudança no foco da exploração dos indígenas, do âmbito do trabalho escravo, que não se extinguiu, passando para as questões relacionadas à posse e espoliação de suas terras.

A questão da terra foi exatamente o ponto central da “colonização” do Sertão da Farinha Podre pelos “brancos”, ocorrendo embates entre índios e não índios, aqui compreendidos como a população geralista, que migrava em decorrência do esgotamento das terras de cultura e da queda da mineração. No ano de 1809, o governador da Capitania de Goiás, Marquês de São João da Palma, nomeou o sargento-mor Antônio Eustáquio da Silva e Oliveira, “Comandante Regente dos Sertões da Farinha Podre” (PONTES, 1978). Partindo do Arraial de Nossa Senhora do Deserto do Desemboque, importante núcleo povoador do século XVIII do Sertão da Farinha Podre (porém já em processo de decadência), ele empreendeu duas expedições com destino à região oeste deste local.

A primeira ocorreu possivelmente em 1810. Nesta primeira incursão, durante o percurso, enfrentaram o ataque de animais silvestres e dos índios Caiapós. A presença destes indígenas era confirmada pelas queimadas e pelos ranchos encontrados nos campos (SAMPAIO, 2001).

Dois anos mais tarde, Antônio Eustáquio decide empreender nova expedição novamente na direção oeste do Desemboque. Nesta ocasião, o sargento-mor visitou o Arraial da Capelinha, fundado por José Francisco de Azevedo às margens do Ribeirão do Lajeado, constituído por aproximadamente uma dezena de choupanas e uma capela destinada a Santo Antônio e São Sebastião (PONTES, 1978). Notando a ausência de solos férteis e de boas aguadas, o comandante decidiu avançar cerca de 15 quilômetros a oeste e, na confluência do Córrego das Lajes com o Rio Uberaba, estabeleceu a “Chácara Boa Vista”, que localizava-se bem próximo do aldeamento de Uberaba Falsa, habitado pelos descendentes dos índios Bororos, aldeados por Antônio Pires de Campos em meados do século XVIII. Antônio Eustáquio, portanto, instalou-se em terras aldeanas, dentro daquela faixa de três léguas em torno da estrada do Anhanguera. Estas terras concedidas aos índios “eram inalienáveis [mas] os luso-brasileiros podiam estabelecer-se nelas na qualidade de agregados, com o consentimento de seus legítimos donos e a ratificação dos chefes destes” (SAINT HILAIRE, 1975, p. 131).

Posteriormente, inúmeras famílias convidadas por Antônio Eustáquio decidiram instalar-se nas proximidades das terras do potentado, dando origem ao Arraial da Farinha Podre, futura cidade de Uberaba. Enquanto Farinha Podre crescia paulatinamente, o Arraial da Capelinha entrava em processo de decadência, inclusive sendo palco de um processo de êxodo, cujas causas ainda são controversas.

Borges Sampaio aponta como causa desta mudança, as águas e a fertilidade do solo (SAMPAIO, 2001). Hildebrando Pontes cita que a preponderância dos negócios públicos assim como a elevada posição social de Antônio Eustáquio, motivaram a mudança do Lajeado para Farinha Podre (PONTES, 1978). Outro motivo apontado por Edelweiss Teixeira, colhido mediante relato oral, diz respeito a um ataque de índios Caiapós ao Arraial da Capelinha, tendo sido morto o capelão (TEIXEIRA, 2001). Em 1817 são transferidos os oratórios da Capelinha para Farinha Podre (PONTES, 1978).

Convém ressaltar que já em 1816 o Sertão da Farinha Podre havia sido transferido para a jurisdição da Capitania de Minas Gerais. Em 1819, nomeado como juiz de sesmarias, foi concedido a Antônio Eustáquio “o poder de estabelecer os limites das sesmarias e posses, o que foi usado em favor dos fazendeiros – e em prejuízo dos índios” (LOURENÇO, 2005, p. 156). Esta foi uma das características da política indigenista no século XIX, pois a “desenvoltura do poder local aumenta na razão direta da distância da corte” (CUNHA, 1992a, p. 134). Ou seja, os governos locais exerciam importante papel na espoliação das terras indígenas, atendendo aos mais diversos interesses.

As ações de Antônio Eustáquio contaram com a conivência não só do governo da Capitania de Minas Gerais como também dos colonizadores geralistas que aqui estavam se instalando nas terras aldeanas. Na primeira metade do século XIX,

a população indígena assentada nos aldeamentos, foi expulsa por sítiantes e fazendeiros com o apoio das câmaras municipais, e as terras da faixa aldeana expropriadas. Até 1823, os índios haviam perdido a porção situada ao sul do Rio das Velhas. Na segunda metade do século XIX, fazendeiros araxaenses os retiraram da área que lhes havia restado entre o Rios das Velhas e o Paranaíba (LOURENÇO, 2010, p. 22).

Possivelmente, os índios destes aldeamentos cujas terras estavam sendo espoliadas pelos geralistas sofreram um processo de “caboclicização, isto é, a fusão com o campesinato pobre da região. Ao emigrar dos aldeamentos, fugiam da pobreza, do esgotamento das terras, da violência e do estigma de casta de índios” (LOURENÇO, 2005, p. 168)

Quanto aos Caiapós remanescentes, uma parte considerável destes indígenas foram aldeados pelo padre da Congregação da Missão de São Vicente de Paulo, Leandro Rabelo Peixoto e Castro (PONTES, 1978) ainda na década de 1820, no pontal do Triângulo Mineiro, em Campo Belo, atual cidade de Campina Verde.

Após o aldeamento destes índios que opuseram tenaz resistência aos colonizadores “brancos”, foi possível liberar terras para a colonização, permitindo também a abertura da estrada do Piquiri, que ligava Uberaba a Campo Grande da Vacaria, atual cidade de Campo Grande, hoje localizada no estado de Mato Grosso do Sul (LOURENÇO, 2005).

Segundo o já citado trabalho de Alexandre Barbosa (1918), em 1830 existiram alguns aldeamentos habitados pelos Caiapós na região do Triângulo Mineiro: Macaúba, localizada às margens do Rio Paranaíba; São Francisco de Sales (no atual território da cidade homônima), cujos Caiapós que o habitavam se transferiram para a Aldeia Nova e depois para Água Vermelha, em território da atual cidade de Iturama. Os descendentes destes índios Caiapós viveram neste local até por volta da década de 1950.

Assim, as relações interétnicas ocorridas no Sertão da Farinha Podre, decorrentes do contato entre indígenas e entre estes e os “brancos”, mostraram-se conflituosas e violentas. A dizimização dos índios Araxás pelos Caiapós; os Bororos, a serviço dos “brancos” e capitaneados por Antônio Pires de Campos, dizimando e afastando os Caiapós da região da estrada do Anhanguera, sendo aqueles posteriormente alojados em aldeamentos ao longo desta via; e o que era “solução” (para as autoridades coloniais) em meados do século XVIII, a construção destes

aldeamentos, torna-se um “empecilho” (para os geralistas) durante a colonização “branca” da região no início do século XIX, na medida em que ocorrem os conflitos entre estes e os índios.

Estes acontecimentos históricos configuraram as atuais regiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, geo-sócio-historicamente. Geograficamente, na medida em que cidades foram constituídas próximas aos aldeamentos estabelecidos ao longo da estrada do Anhanguera, como Indianópolis (aldeamento de Santana do Rio das Velhas) e Cascalho Rico (aldeamento de Rio das Pedras), e mesmo Uberaba (Uberaba Falsa). Socialmente, a partir do processo de caboclicização, ocorrendo a mestiçagem entre as etnias branca e indígena. E por fim, historicamente, com o desenrolar do processo histórico que, partindo do presente em direção ao passado, permite a produção de conhecimento acerca da história indígena, das identidades, das memórias construídas e, por fim, da historiografia relacionada à temática.

Fontes Manuscritas

Arquivo Ultramarino – Projeto Resgate – Goiás. AHU – Cx.: 6, Doc.: 427. (1749); AHU – Cx.: 6, Doc.: 465. (1751); AHU – Cx.: 6, Doc.: 473. (1751); AHU – Cx.: 7, Doc.: 502. (1752); AHU – Cx.: 8, Doc.: 569. (1753);

Referências

AMANTINO, Márcia. As guerras justas e a escravidão indígena em Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX. *Revista Varia História*, Belo Horizonte, vol. 22, n. 35, p.189-206, Jan./Jun. 2006.

ARNT, Ricardo et al. *Panará: a volta dos índios gigantes*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 1998.

ATAÍDES, Jézus Marco de. *Sob o signo da violência: colonizadores e Kayapó do Sul no Brasil Central*. Goiânia: Editora UCG, 1998.

BARBOSA, Alexandre de Souza. *Descrição feita por Alexandre de Souza Barbosa dos índios Cayapós e os Panarás*. Vocabulário e mapa da região ocupada pelos Caiapós, documento datado de Uberaba, 2 de setembro de 1918. Arquivo Público de Uberaba. Resgate Histórico de Odair Giralдин.

CARVALHO, Horácio. *Álbum do Araxá*. São Paulo: Typographia Gutenberg, 1928.

CHAIM, Marivone Matos. *Os aldeamentos indígenas na Capitania de Goiás: sua importância na política de povoamento (1749-1811)*. São Paulo: Nobel, 1983.

COSTA, Waldir. *Araxá: da maloca ao palácio*. Goiânia: Gráfica O Popular, 1987.

CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992a.

_____. *Legislação indigenista no século XIX: uma compilação: 1808-1889*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1992b.

DAVIS, Shelton H. *Vítimas do milagre: o desenvolvimento e os índios do Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

GIRALDIN, Odair. *Cayapó e Panará: luta e sobrevivência de um povo Jê no Brasil Central*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

JOSÉ, Oíliam. *Indígenas de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1965.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LIMA, Glaura Teixeira Nogueira. *Das águas passadas à terra do sol: ensaio sobre a história de Araxá*. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 1999.

LOURENÇO, Luiz Augusto B. *A oeste das Minas: escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista, Triângulo Mineiro (1750-1861)*. Uberlândia: Edufu, 2005.

_____. *O Triângulo Mineiro, do Império à República: o extremo oeste de Minas Gerais na transição para a ordem capitalista (segunda metade do século XIX)*. Uberlândia: Edufu, 2010.

MARTINS, Ivan Barbosa. A magia nas reduções jesuíticas no Brasil colonial. *Revista Último Andar*, São Paulo, n. 14, p. 21-39, Jun. 2006.

NABUT, Jorge Alberto. *Desemboque*: documentário histórico e cultural. Uberaba: Arquivo Público de Uberaba, 1986.

PALACIN, Luís; GARCIA, Ledonias Franco; AMADO, Janaína. *História de Goiás em documentos: colônia*. Goiânia: Ed. UFG, 1995.

PISCITELLI, Adriana G. Tradição oral, memória e gênero: um comentário metodológico. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 1, p.149-173, 1993.

POHL, Johann Emanuel. *Viagem ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976.

PONTES, Hildebrando. *História de Uberaba e a civilização no Brasil Central*. Uberaba: Academia de Letras do Triângulo Mineiro, 1978.

_____. *Notícia Estatístico-Chorographica e Histórica do município de Araxá*. Belo Horizonte: Secretaria da Agricultura Serviço de Estatística Geral, 1928.

PROUS, André. *O Brasil antes dos brasileiros: a pré-história de nosso país*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

RAVAGNANI, Oswaldo Martins. A agropecuária e os aldeamentos indígenas goianos. *Revista Perspectivas*, São Paulo, vol.9/10, p. 119-143, 1986/87.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem às nascentes do Rio São Francisco*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

SAMPAIO, Antônio Borges. *Uberaba: História, fatos e homens*. Uberaba: Arquivo Público de Uberaba, 2001.

SILVA, Sebastião de Affonseca; CARDOSO, Clodion. *Subsídios para a História do Araxá e duas palavras sobre o Triângulo Mineiro*. (s/d.).

SOUZA, Laura de Mello e. *Norma e conflito: aspectos da história de Minas no século XVIII*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

TEIXEIRA, Edelweiss. *O Triângulo Mineiro nos oitocentos (séculos XVIII e XIX)*. Uberaba: Intergraff Editora, 2001.

URBAN, Greg. A História da cultura brasileira segundo as línguas nativas. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

WRIGHT, Jonathan. *Os jesuítas: Missões, Mito e Histórias*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2006.

